



Escola de Administração Fazendária

Prefeitura Municipal de Natal  
Secretaria Municipal de Tributação - SEMUT

Cargo: **AUDITOR DO TESOIRO MUNICIPAL**

Concurso Público - 2008

## Prova Objetiva 2 - Conhecimentos Especializados

### Área: Auditoria

Nome: \_\_\_\_\_

N. de Inscrição \_\_\_\_\_

#### Instruções

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra  *cursiva*, para posterior exame grafológico:  
*“É preciso saber aceitar nossos limites para podermos ir longe”.*
- 4 - DURAÇÃO DA PROVA: **3h30min**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Na prova há **70 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 11 - A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

**Boa prova!**

## LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

- 1 - A legislação tributária do Município de Natal prevê que os livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão desfrutem, em relação aos tributos municipais,
- de isenção.
  - do benefício contínuo de alíquota-zero.
  - de imunidade.
  - de não-incidência legalmente qualificada.
  - de isenção, se o contribuinte de fato tiver sede social no Município.
- 2 - A legislação tributária do Município de Natal dispõe que o regulamento e os atos administrativos
- podem definir infrações, porém não podem cominar penalidades.
  - podem definir infrações ou cominar penalidades independentemente de previsão legal.
  - não podem definir infrações ou cominar penalidades que não estejam autorizadas ou previstas em lei.
  - não podem definir infrações ou cominar penalidades em nenhuma circunstância.
  - podem definir infrações ou cominar penalidades conquanto haja previsão expressa na Lei Orgânica Municipal.
- 3 - A legislação tributária do Município de Natal dispõe que o Poder Executivo pode conceder, por, despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário atendendo, exceto:
- à situação econômica do sujeito passivo.
  - ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato.
  - à diminuta importância do crédito tributário.
  - à consideração de equidade, em relação aos antecedentes materiais da infração.
  - às condições peculiares a determinada região do território da entidade tributária.
- 4 - Para efeitos de incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana no Município de Natal, a legislação de regência determina que se entenda como zona urbana toda área em que existam melhoramentos, construídos e mantidos pelo Poder Público, exceto:
- meio-fio ou calçamento, independentemente da canalização de águas pluviais.
  - sistemas de esgotos sanitários.
  - escola primária a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.
  - posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.
  - abastecimento d'água.
- 5 - No que se refere ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no Município de Natal, a legislação de regência dispõe que o espólio:
- não responde pelo pagamento do imposto relativo aos imóveis que pertenciam ao *de cujus*.
  - responde pelo pagamento do imposto relativo aos imóveis que pertenciam ao *de cujus* até a data da abertura da sucessão.
  - responde pelo pagamento do imposto relativo aos imóveis que pertenciam ao *de cujus* independentemente da abertura da sucessão, até a data da partilha definitiva do legado.
  - responde integralmente pelo pagamento do imposto relativo aos imóveis que pertenciam ao *de cujus*, desde que haja expressa previsão testamentária.
  - não responde pelo pagamento do imposto relativo aos imóveis que pertenciam ao *de cujus* porquanto a responsabilidade é pessoal e intransferível.
- 6 - Para efeito de fixação de base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no Município de Natal, a legislação aplicável dispõe que a área construída bruta é obtida através da medição dos contornos externos:
- excluindo-se as áreas de sacadas cobertas.
  - excluindo-se as áreas de sacadas descobertas.
  - das paredes ou pilares, computando-se apenas as áreas das sacadas descobertas.
  - das paredes ou pilares, excluindo-se as piscinas, porém incluindo-se as sacadas descobertas.
  - das paredes ou pilares, computando-se, também, a superfície das sacadas cobertas ou descobertas, de cada pavimento.
- 7 - O Imposto sobre Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis, por ato oneroso no Município de Natal, tem como fato gerador, exceto:
- a transmissão, a qualquer título, do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física.
  - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, inclusive os de garantia.
  - a cessão de direitos relativos à transmissão da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física.
  - a cessão de direitos relativos à transmissão de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.
  - a transmissão, a qualquer título, da propriedade de bens imóveis, por natureza ou acessão física.

8 - Responde solidariamente pelo Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis, por ato oneroso, no Município de Natal, as pessoas abaixo indicadas, exceto:

- a) o transmitente.
- b) o cedente.
- c) o tabelião, relativo ao ato por ele praticado, em razão do ofício ou pela omissão de sua responsabilidade.
- d) o escrivão, relativo ao ato por ele praticado, em razão do ofício ou pela omissão de sua responsabilidade.
- e) o transmitente, a menos que disposição contratual o isente da responsabilidade.

9 - Constitui fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza no Município de Natal, a prestação de serviços, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo,

- a) ainda que esses serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador.
- b) desde que esses serviços se constituam como atividade preponderante do prestador.
- c) excluindo-se os serviços de saúde e de assistência médica.
- d) excluindo-se os serviços de cuidados pessoais, estética e atividades físicas.
- e) excluindo-se os serviços relativos a hospedagem e turismo.

10- São responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no Município de Natal,

- a) os que utilizam serviços de empresas, pelo imposto incidente sobre as operações, desde que o prestador forneça documento idôneo.
- b) o tomador de serviço proveniente do exterior do país, exceto se atuar como intermediário.
- c) as empresas seguradoras e de capitalização, com exceção às comissões pagas pelas corretagens de seguros.
- d) as instituições financeiras, em relação aos serviços que lhe forem prestados.
- e) as companhias de aviação, exceto em relação às comissões pagas pelas vendas das passagens aéreas e de transporte de cargas.

## PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

11- Nos termos do Código Tributário do Município de Natal, o processo fiscal administrativo, no que se refere à instrução e às provas,

- a) admite todos os meios de prova em direito permitidos.
- b) veda a utilização de prova emprestada.
- c) exige prévia autorização da autoridade julgadora.
- d) proíbe o depoimento pessoal.
- e) exige encaminhamento de declaração de renúncia do benefício do sigilo fiscal.

12- À autoridade julgadora administrativa, e no que toca à apreciação de provas, o Código Tributário do Município de Natal dispõe que:

- a) a convicção da autoridade julgadora deve ser formada a partir da prova produzida ao longo do procedimento, de modo que se tem a relativização da formação do livre convencimento.
- b) devem ser apreciadas apenas as provas que instruem o procedimento, vedando-se a realização de diligências.
- c) a autoridade forma livremente a convicção, dispondo sobre as diligências.
- d) a decisão deve apontar especificamente a prova que justificou a conclusão.
- e) a autoridade deve ouvir o contribuinte, que deve ser acompanhado por advogado.

13- O modelo do processo administrativo fiscal do Município de Natal dispõe que os atos e termos lavrados por autoridade incompetente são:

- a) anuláveis, mediante provocação do prejudicado.
- b) anuláveis, mediante provocação de qualquer um.
- c) válidos, se retificados em 10 (dez) dias.
- d) nulos.
- e) inexistentes, mediante provocação da autoridade, que exerce a autotutela.

14- No que se refere à comunicação dos atos, o processo administrativo fiscal de Natal admite a chamada comunicação escrita, conquanto que

- a) seja juntada prova do recebimento.
- b) seja feita a necessária publicação no Diário Oficial, por duas vezes.
- c) seja feita a necessária publicação no Diário Oficial, por três vezes.
- d) o interessado não se oponha, renunciando expressamente à prerrogativa do uso de comunicação, por meio da imprensa local.
- e) o interessado assine recibo dando conta do recebimento da intimação, que não precisa ser juntado nos autos.

- 15- O modelo normativo que informa o processo administrativo fiscal do Município de Natal prevê que a autoridade fiscal ou o funcionário que inobservar os prazos previstos em lei ou regulamento fica sujeito à pena de suspensão, se o caso não constituir falta maior. A referida previsão legal aplica-se
- somente após a comprovação por sindicância de que houve prevaricação por parte do servidor.
  - em decorrência de provocação da autoridade superior, em atividade de correção ordinária.
  - por provocação do interessado prejudicado, pela não-observância dos prazos previstos em regulamento.
  - após trânsito julgado de decisão administrativa, que concluiu pelo cometimento da falta.
  - exceto nos casos justificados.
- 16- São requisitos do auto de infração fiscal lavrado por funcionário da Prefeitura de Natal, exceto
- a descrição minuciosa da infração.
  - o nome e o endereço do sujeito passivo e testemunhas, se houver.
  - a inscrição municipal correspondente, bem como a inscrição no Ministério da Fazenda.
  - a indicação dos tributos devidos, sendo desnecessária a pronta apresentação dos cálculos.
  - os livros e outros documentos que serviram de base à apuração da infração.
- 17- Findo o prazo sem apresentação de defesa, por parte do contribuinte, o processo administrativo fiscal da Prefeitura de Natal prevê expressamente que o processo deve ser
- suspenso, para diligências.
  - julgado à revelia.
  - sobrestado, com suspensão da prescrição, para diligências.
  - arquivado, dada a impossibilidade da formação do contraditório.
  - suspenso, por 30 dias, para nova publicação da intimação, por edital.
- 18- Quanto à fluência do prazo relativo ao pagamento do crédito tributário, o pedido de restituição, no modelo adotado pela Prefeitura de Natal,
- tem efeito interruptivo.
  - tem efeito suspensivo.
  - não tem efeito suspensivo.
  - provoca o sobrestamento do prazo, até a decisão final da autoridade administrativa.
  - provoca o sobrestamento do prazo, até a efetiva devolução dos valores pleiteados.
- 19- No que se aplica aos recursos voluntários e de ofício das decisões de primeira instância para o Tribunal Administrativo de Tributos Municipais, na cidade de Natal, é correto afirmar:
- não fica prejudicado o recurso voluntário, nos casos em que for dado provimento integral à decisão recorrida de ofício.
  - a decisão de primeira instância produz efeitos imediatos, independentemente da decisão do recurso de ofício.
  - o recurso de ofício não pode ser interposto no próprio ato da decisão do prolator.
  - o recurso não pode ser interposto apenas de parte da decisão.
  - não há recurso de ofício, em se tratando de restituição de pagamento por duplicidade.
- 20- Em âmbito de procedimento de consulta fiscal, a legislação de regência aplicável ao Município de Natal dispõe que:
- é vedado o encaminhamento de consulta a respeito da interpretação e da aplicação relativa aos tributos municipais.
  - a consulta somente pode versar sobre uma situação específica e determinada, claramente explicitada no requerimento.
  - a consulta pode abranger vários assuntos, conquanto que se refiram ao mesmo exercício fiscal.
  - a consulta pode abranger vários assuntos, conquanto que se refiram ao mesmo tributo.
  - embora ainda não julgada definitivamente a consulta, a Administração pode intentar ação fiscal que tenha por objeto o fato consultado ou o esclarecimento pedido.
- 21- Quanto à eventual representação contra qualquer ato que importe violação da legislação tributária do Município de Natal, pode-se afirmar que, exceto:
- deve ser encaminhada ao Secretário Municipal de Tributação.
  - pode ser verbal ou escrita.
  - na representação escrita, deve ser consignado o nome do interessado e do infrator, bem como os respectivos domicílios e endereços.
  - sempre que possível, os fundamentos da representação devem ser instruídos pelos documentos probantes, bem como pela indicação de testemunhas.
  - quando procedida verbalmente, a representação é tomada por termo, dispensando-se o arrolamento de testemunhas.

- 22- As decisões finais do Tribunal Administrativo de Tributos Municipais de Natal, condenatórias ou desfavoráveis aos contribuintes são, obrigatoriamente, cumpridas, da forma seguinte:
- pela conversão em renda do depósito efetuado, não se excluindo a atualização monetária.
  - pela conversão em renda do depósito efetuado, não se excluindo a atualização monetária e os juros de mora.
  - pela conversão em renda do depósito efetuado, não se excluindo a atualização monetária, os juros de mora, e as despesas processuais.
  - pela imediata inscrição do crédito em dívida ativa, se não satisfeito o pagamento, pelo contribuinte, no prazo de trinta dias da data em que a decisão transitou em julgado.
  - pela imediata inscrição do crédito em dívida ativa, se não satisfeito o pagamento, pelo contribuinte, em dez dias, contados da intimação da decisão.
- 23- A legislação de regência aplicável ao processo administrativo fiscal do Município de Natal dispõe que o contribuinte em débito para com a Fazenda Municipal fica vedado, em relação aos órgãos da Administração Municipal, Direta ou Indireta, de
- participar de licitações, exceto se firmar declaração reconhecendo o débito.
  - receber quantias ou créditos de qualquer natureza, pagos pela Administração Municipal, Direta ou Indireta.
  - usufruir benefícios fiscais instituídos pela legislação fiscal do Município, exceto se os débitos forem decorrentes do não recolhimento de taxas municipais.
  - locar imóveis municipais, exceto para a realização de eventos de diversões públicas.
  - formular representação contra ilegalidade fiscal, em face do Secretário Municipal da Tributação.
- 24- No que se refere à reclamação contra lançamento fiscal, a legislação municipal de Natal prevê que o contribuinte pode oferecer a reclamação até
- dez dias antes da data de vencimento do tributo.
  - dez dias após a data de vencimento do tributo.
  - a data de vencimento do tributo.
  - a data de vencimento da primeira de suas parcelas, não podendo o prazo ser superior a dez dias da intimação do contribuinte.
  - a inscrição em dívida ativa.
- 25- Quanto ao modelo de contagem de prazos, a legislação de regência da Prefeitura de Natal estipula que os prazos são contínuos,
- excluindo-se, em sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.
  - incluindo-se, em sua contagem, o dia do início e excluindo-se o do vencimento.
  - incluindo-se, em sua contagem, os dias do início e do vencimento.
  - incluindo-se, em sua contagem, os dias de início e do vencimento, não se admitindo nenhuma forma de interrupção.
  - incluindo-se, em sua contagem, os dias de início e do vencimento, não se admitindo nenhuma forma de suspensão.
- 26- Nos termos da legislação tributária municipal de Natal, considera-se iniciado o procedimento fiscal de ofício para apuração das infrações com o fim de excluir a espontaneidade do sujeito passivo da obrigação tributária:
- quando da lavratura do termo de início de fiscalização ou intimação escrita para apresentar livros fiscais ou contábeis, bem como outros documentos solicitados pela fiscalização.
  - quando da intimação do contribuinte, ainda que por telefonema ou por qualquer outro meio eletrônico.
  - quando da publicação do edital de intimação, se desconhecido o paradeiro do contribuinte.
  - quando do registro do comparecimento espontâneo do contribuinte para prestar esclarecimentos à autoridade fiscal.
  - quando da publicação do termo de revelia.
- 27- A defesa do contribuinte, no processo administrativo fiscal da Prefeitura de Natal, é dirigida à (ao)
- Procuradoria Fiscal, na pessoa do Procurador do Município.
  - Departamento de Instrução e Julgamento Administrativo.
  - Secretário Municipal de Tributação.
  - Prefeito Municipal.
  - Procuradoria Fiscal, na pessoa do Secretário Municipal de Tributação.

## INFORMÁTICA BÁSICA

- 28- O julgamento do processo fiscal administrativo, no Município de Natal, compete, em primeira instância administrativa, ao
- Procurador Fiscal do Município.
  - Departamento de Instrução e Julgamento Administrativo da Secretaria Municipal de Tributação.
  - Secretário Municipal de Tributação.
  - Prefeito Municipal.
  - Auditor do Tesouro Municipal, que procedeu ao lançamento.
- 29- O recorrente, no processo administrativo fiscal do Município de Natal, é cientificado da decisão do Tribunal Administrativo, entre outros,
- pelo correio, com aviso de recebimento.
  - por aviso divulgado na imprensa local.
  - por edital afixado na sede do Tribunal.
  - por comunicação escrita, independentemente de prova de recebimento.
  - por publicação do acórdão no Diário Oficial.
- 30- Nos termos da legislação fiscal do Município de Natal, quando o fato referente à consulta for definido como crime ou contravenção penal, a consulta
- não pode ser utilizada como prova no processo penal.
  - faz coisa julgada no processo penal.
  - faz coisa julgada formal no processo penal.
  - não produz efeitos.
  - não pode ser respondida pela Administração.

- 31- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos básicos de Informática, de sistemas operacionais e de organização de arquivos:

- Considerando a forma de acesso às memórias secundárias de um computador, como por exemplo, a memória RAM, o HD e o CD-ROM, é correto afirmar que se trata de memórias que o processador pode endereçar diretamente, sem as quais o computador não pode funcionar.
- O Ext2 (*second extended file system*) é um sistema de arquivos para dispositivos de memória *flash* (disco rígido, disquete, *pen drive*). Foi desenvolvido para o Windows NT e superiores. Utilizando o aplicativo *ext2fat.sys* nativo no Windows NT e superiores é possível, no sistema operacional Windows, transformar o sistema de arquivo de uma unidade de disco de *Ext2* para *Fat32*, desde que este não seja o disco onde o sistema operacional está instalado.
- O USB (*Universal Serial Bus*) é um tipo de conexão concebida na óptica do conceito de *Plug and Play*, que permite a conexão de periféricos sem a necessidade de desligar o computador.
- Em um computador, a memória Cache L1 é uma memória estática pequena presente dentro do processador.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- I e II
- II e III
- III e IV
- I e III
- II e IV

- 32- Com relação a sistemas operacionais, é correto afirmar que

- um exemplo de um critério utilizado no escalonamento de processos é a taxa de utilização de CPU, que é a fração de tempo durante a qual ela está sendo ocupada.
- um ROLLBACK ocorre quando um grupo ou conjunto de processos compete entre si e, quando finalizado, desfaz ou mata o processo corrente.
- para adaptadores de vídeo que utilizam o slot PCI, as texturas e o elemento z são armazenados diretamente na memória RAM do micro.
- a cache é uma memória intermediária, com a mesma velocidade que a RAM, que é utilizada para mediar a troca de dados entre o processador e a memória RAM.

e) o Windows 2000 Server, em sua instalação padrão, pode ser utilizado como uma evolução ao sistema operacional Windows NT Server apesar de não disponibilizar as seguintes funcionalidades: servidores DNS e WINS, o Active Directory e opera exclusivamente com os sistemas de arquivo NTFS, FAT e FAT 32.

33- Considerando-se as características da Segurança da Informação na transmissão de dados, quando o destinatário examina uma mensagem para certificar-se de que ela não foi alterada durante o trânsito, isto é chamado de

- a) criptografia assimétrica.
- b) criptografia simétrica.
- c) garantia da qualidade dos dados.
- d) verificação de integridade de dados.
- e) verificação de não-repúdio dos dados.

34- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos básicos de Internet e de segurança da informação:

- I. Uma Autoridade Certificadora é uma pessoa física que recebe um certificado e passa a ter o direito de assinar documentos digitalmente.
- II. O ICMP (*Internet Control Message Protocol*) é muito utilizado para reportar condições de erro e emitir e responder a requisições simples. Uma de suas características é que os serviços ou as portas não precisam estar ativos para propagar suas mensagens.
- III. A porta geralmente associada ao tráfego DNS, a UDP 53, é normalmente deixada livre em sistemas de filtragem de pacotes, para que servidores DNS internos à rede possam funcionar.
- IV. Uma Ameaça é um fator interno que ataca um ativo causando um desastre ou perda significativa.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

35- Analise as seguintes afirmações relacionadas a redes de computadores utilizando protocolo TCP/IP e os servidores WWW, de e-mail e proxy:

- I. O SMTP (*Simple Mail Transfer Protocol*) é o principal protocolo para correio eletrônico usado na Internet que oferece seus serviços através das portas 25 e 80 e utiliza os serviços do UDP para transporte.
- II. Quando uma mensagem é transferida pelo SMTP, uma conexão é estabelecida pela máquina na origem com o servidor de correio eletrônico no destino ou com uma máquina operando como agente transferidor de mensagem.
- III. O protocolo de aplicação FTP, utilizado para transferência de arquivos, sendo implementado por um processo cliente, executando na máquina na qual a transferência foi solicitada e por um processo servidor não orientado a conexão, utilizando protocolo UDP, intermediado por um proxy na porta 21.
- IV. A comunicação entre o usuário e o servidor FTP é realizada através de duas conexões simultâneas. Por uma trafegam os dados e pela outra trafegam os comandos.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

36- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos sobre os Sistemas de Informação:

- I. A “Redundância de Dados” é a preservação da precisão, integridade e confiabilidade dos dados para seu uso intencionado.
- II. A “Normalização” é um método utilizado para analisar um Banco de Dados e obter o mínimo de redundância e o máximo de integridade de dados.
- III. A “Integridade de Dados” é alcançada pela duplicação dos mesmos dados em vários lugares em um sistema de informação.
- IV. Quando os dados são “Normalizados”, os atributos contidos na tabela dependem apenas da chave primária.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

37- A Política de Segurança da Informação de uma organização deve abranger, sempre que aplicável, aspectos de "Prevenção e Tratamento de Incidentes" implicando em diretrizes

- a) com abrangência ampla, mantendo seu foco nos detalhes técnicos e de implementação, sem considerar questões de princípio.
- b) para a preservação da conformidade com requisitos legais, com as normas e diretrizes internas e com os requisitos técnicos da segurança.
- c) com recomendações para que a organização se prepare para neutralizar as interrupções às atividades organizacionais e proteja os processos críticos na ocorrência de uma falha ou desastre.
- d) para a prevenção, detecção, notificação, investigação e tratamento de incidentes de segurança, bem como a emissão de relatórios a ele relacionados.
- e) para a proteção de dados e informações durante o processo de comunicação.

38- Analise as seguintes afirmações relacionadas à Segurança da Informação.

- I. Um Firewall pode ser configurado com a seguinte política: o que não é expressamente permitido, é proibido.
- II. Um Firewall evita invasões que partam de máquinas na rede onde se encontra a máquina invadida.
- III. O spoofing é uma técnica de subversão de sistemas que ocorre quando um pacote é feito e enviado para parecer que veio da rede interna, mesmo que tenha vindo de uma rede externa.
- IV. Uma rede corporativa protegida por um Firewall instalado entre a rede interna e o acesso ao backbone da Internet garante a segurança mesmo que algumas máquinas não utilizem acesso à Internet via Modem próprio desde que estes utilizem protocolo PPP ou SLIP.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

39- Com relação a redes de computadores, é correto afirmar que

- a) na tecnologia Giga Ethernet, isto é, Ethernet operando a 1000 Mbps, utilizando como meio de comunicação o par trançado, a transmissão é unicamente full-duplex com método de acesso CSMA, isto é, 1000 BaseSX.
- b) entre os protocolos que formam o conjunto TCP/IP, o SMTP, utilizado para resolver nomes de URLs na Internet e em Intranets, é a base de comunicação dos servidores DNS.
- c) entre os recursos do SMTP, POP pode-se destacar a recuperação seletiva de partes de mensagens ou mensagens inteiras.
- d) o serviço de busca, a partir de uma palavra chave que localiza a informação desejada em uma grande base de dados, normalmente hospedada em outro servidor na Internet é a principal função dos servidores Gateway.
- e) as redes Ethernet que operam a 100 Mbps, quando utilizam a tecnologia 100 BaseT, adotam um formato de quadro igual ao adotado nas redes Ethernet que operam a 10 Mbps.

40- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos básicos de Redes:

- I. O ICMP (*Internet Control Message Protocol*) utiliza os serviços providos pelo IP para a transferência de suas mensagens. Como seu objetivo não é garantir a entrega de datagramas no destino, existe sempre a possibilidade de serem perdidos datagramas sem que o ICMP gere qualquer mensagem de erro.
- II. Existem mensagens ICMP que podem ser geradas por qualquer máquina, outras só podem ser geradas por roteadores.
- III. Para garantir a entrega de dados, o protocolo IP envia segmentos e espera que estes sejam confirmados pela máquina de destino. O intervalo de tempo de espera, denominado RTT (*Round Trip Time*), é dinamicamente calculado pelo IP.
- IV. Em uma rede ATM (*Asynchronous Transfer Mode*) a transmissão não necessita de conexão. O modelo de referência ATM é organizado em duas camadas com funcionalidades equivalentes às das camadas de Rede e de apresentação do modelo OSI.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

## AUDITORIA CONTÁBIL / FISCAL

41- No processo de auditoria independente, deve-se

- a) garantir a viabilidade futura da entidade.
- b) dividir a responsabilidade entre a equipe técnica e o auditor.
- c) abolir o uso de práticas consagradas pela Profissão Contábil.
- d) certificar a continuidade da empresa pelos próximos 5 anos.
- e) emitir o parecer com assinatura de contador devidamente registrado.

42- A firma de auditoria Verificações Ltda. foi convidada, pela empresa Múltiplos S.A., para elaborar proposta de auditoria para suas demonstrações contábeis relativas ao ano de 2007. O auditor, nesse período, já havia efetuado a revisão das declarações de imposto de renda da empresa e consultoria, elaborando a avaliação dos ativos de uma empresa coligada, para que a mesma fosse incorporada pela empresa Múltiplos S.A.

Deve o auditor, nessa situação,

- a) recusar o convite de auditoria por conflito nos trabalhos já executados e os a serem desempenhados.
- b) participar do processo elaborando proposta que evidencie os trabalhos já executados e os honorários cobrados.
- c) omitir os serviços de consultoria prestados, deixando que o cliente analise sua independência ou não para realização do trabalho.
- d) exigir os trabalhos como complemento das atividades já desempenhadas na empresa.
- e) aceitar o convite, com limitação de escopo, restringindo os trabalhos somente aos processos dos quais não tenha participado como consultor.

43- No processo de determinação e avaliação da amostra, para que o auditor obtenha o limite superior de erro para superavaliações, deve-se:

- a) subtrair do risco total projetado o fator de confiabilidade para o limite.
- b) calcular a regressão linear das probabilidades de ocorrência dos erros.
- c) estabelecer o intervalo entre o erro projetado e o erro não estimável.
- d) somar o erro projetado e a provisão para risco de amostragem.
- e) estimar o erro projetado e calcular o seu desvio-padrão.

44- A relação existente entre o fator de confiabilidade com a amostra é:

- a) quanto mais baixo for o fator de confiabilidade, maior será o tamanho da amostra.
- b) não existir no modelo a expectativa de risco de aceitação incorreta.
- c) o fator de confiabilidade e a amostra devem ter correlação positiva.
- d) independente do fator de confiabilidade, o tamanho da amostra não varia.
- e) não correlacionar o fator de confiabilidade da amostra com o seu tamanho.

45- Na execução dos trabalhos de auditoria externa, normalmente são utilizadas equipes técnicas para o desempenho do trabalho. Pode-se afirmar que a responsabilidade técnica do trabalho é

- a) de toda a equipe técnica, desde que supervisionada pelo auditor.
- b) dos gerentes do projeto e do sócio-auditor, por possuírem formação pertinente.
- c) da firma de auditoria, que assume os riscos mediante contrato.
- d) do auditor, que assumirá total responsabilidade pelos trabalhos executados.
- e) de todos os sócios da firma de auditoria, por responderem solidariamente e ilimitadamente.

46- O auditor externo, ao efetuar os exames de auditoria na Empresa Relevante S.A., emitiu parecer sem ressalva. No ano seguinte à auditoria, a empresa faliu e foi constatado que existiam erros que tornavam as demonstrações, que haviam sido objeto da auditoria, significativamente incorretas. Esse fato representa, para o auditor, um risco

- a) de controle.
- b) do negócio do cliente.
- c) contábil.
- d) sistêmico.
- e) de auditoria.

47- O auditor, ao verificar a classificação das contas em curto e longo prazo, deve considerar, para classificar os fatos contábeis em longo prazo, as parcelas que vencerão

- a) até 365 dias da data do fato gerador.
- b) após o término do exercício social do fato gerador.
- c) até o encerramento do exercício seguinte.
- d) após o encerramento do exercício seguinte ao fato contábil.
- e) até o final do exercício da ocorrência do fato contábil.

- 48- Quando o auditor efetuar a auditoria na empresa pela primeira vez e as demonstrações anteriores tiverem sido auditadas por firma de auditoria regularmente habilitada, pode-se afirmar que não será necessário obter
- evidências de que os saldos iniciais de abertura do exercício atual estão corretos e de acordo com os saldos finais do exercício anterior.
  - carta de responsabilidade da administração, quanto às informações e dados, bem como a preparação e apresentação das demonstrações do exercício anterior.
  - confirmação de que as práticas contábeis adotadas no atual exercício estão uniformes com as adotadas no exercício anterior.
  - evidências de fatos relevantes que possam afetar as atividades da empresa e sua posição econômico-financeira.
  - identificação de fatos relevantes de eventos subseqüentes ao exercício anterior, revelados ou não revelados:
- 49- Não corresponde a um evento subseqüente que gera ajuste nas demonstrações financeiras:
- decisão definitiva de processo judicial, dando ganho ou perda da causa que represente valor relevante.
  - perda de valor de investimentos, em decorrência do declínio do valor de mercado das ações.
  - descoberta de erros ou fraudes posteriores, que afetam o resultado da empresa.
  - determinação de valores referentes a pagamento de participação nos lucros ou referente a gratificações assumidas legalmente e não formalizadas.
  - ativos deteriorados, que constavam com valor significativo e que não foram ajustados.
- 50- A Companhia Legal tem estabelecido, em seu manual de normas e procedimentos, que o processo de autorização dos pagamentos seja feito de forma eletrônica, devendo o supervisor da área revisar todas as autorizações dos analistas. Para isso, o supervisor tem obrigatoriamente que entrar na área de aprovações do sistema, digitar sua senha, passar o seu cartão no leitor óptico e marcar um espaço com "X", autorizando. O auditor, ao visitar a área, presencia um analista de posse do cartão e senha do supervisor executando sua função. Esse procedimento técnico adotado pelo auditor é considerado uma:
- investigação.
  - revisão analítica.
  - mensuração.
  - avaliação.
  - observação.
- 51- Indique a opção correta correspondente.
- O auditor, na aplicação dos testes substantivos, realizou os procedimentos a seguir, obtendo as seguintes conclusões, respectivamente:
- Conferência das cautelas de ações representativas dos investimentos contabilizados no Ativo Permanente;
  - Verificação da classificação dos valores em curto e longo prazo;
  - Determinação da última nota emitida no exercício e análise, se todas as notas estão contabilizadas.
- ocorrência, análise e mensuração.
  - existência, apresentação, abrangência.
  - análise, apresentação e ocorrência.
  - abrangência, ocorrência e apresentação.
  - mensuração, abrangência e análise.
- 52- O auditor, ao realizar os testes nos contratos de empréstimos tomados em moeda estrangeira, identifica que a taxa de câmbio utilizada para efetuar a apropriação foi de R\$ 1,85, quando o correto seria R\$ 1,58. Dessa forma, pode o auditor concluir que o saldo da conta de:
- variação cambial passiva está subavaliado.
  - variação cambial ativa está subavaliado.
  - variação cambial passiva está superavaliado.
  - empréstimos em moeda estrangeira está subavaliado.
  - variação cambial ativa está superavaliado.
- 53- O auditor, ao realizar processo de auditoria na empresa Mother S.A., constata a existência de benefício de Previdência Privada concedido a seus funcionários. A empresa participa com 80% das contribuições totais, tendo pactuado em contrato a participação e a complementação das insuficiências de fundos. No intuito de aplicar os procedimentos de auditoria na área, a empresa de auditoria contrata firma especializada em cálculos atuariais, para verificação. Assim, a responsabilidade do auditor:
- limita-se aos trabalhos por ele efetuados, sendo a firma especializada responsável pelos trabalhos especiais, tendo o auditor que mencionar o nome da empresa responsável pelos trabalhos e os efeitos apurados.
  - é igual à da empresa contratada, respondendo pelos erros ou fraudes que possam surgir, sendo obrigatória a menção da empresa contratada no parecer de auditoria.
  - fica restrita à sua competência profissional, e, na ocorrência de emitir parecer sem ressalva, não poderá fazer referência do especialista no seu parecer.
  - é compartilhada com a empresa contratada na avaliação das metodologias e técnicas utilizadas, respondendo tecnicamente pelos cálculos e valores apresentados nas demonstrações contábeis.

- e) está condicionada à escolha de empresa idônea e competente que não possua vínculo com a empresa auditada e que não tenha dependência, sendo a responsabilidade técnica e de avaliação de metodologias para avaliação dessa área de responsabilidade da empresa especializada.
- 54- A empresa Celta S.A. apresentou um nível de ociosidade de 30% de sua capacidade instalada. Seu gestor, com o objetivo de apresentar resultados mais condizentes com a performance de seus negócios, decidiu reter essa ociosidade no processo produtivo, dimensionando esses valores e mantendo-os nos estoques. O auditor, ao realizar os testes nas contas de estoques, deve concluir que o saldo da conta:
- Estoques está superavaliado, visto que não é permitido no sistema de custeio reconhecer a ociosidade.
  - Custo das Mercadorias Vendidas está superavaliado por ter reconhecido mais custos do que deveria apropriar aos resultados.
  - Fornecedores está superavaliado por não ter sido apropriado aos custos dos produtos.
  - Depreciação está superavaliado, visto ter reconhecido mais depreciação em função da ociosidade.
  - Estoques está correto, visto que desde que fundamentado a ociosidade pode ser retida nos custos.
- 55- O auditor, ao efetuar os testes de movimentações e saldos na conta de equipamentos de informática, constatou que um computador que havia sido comprado para ser utilizado na fábrica para controlar uma máquina encontrava-se registrado em um centro de custos da área administrativa financeira. Assim, pode o auditor afirmar que
- o saldo da conta de Despesa de Depreciação está subavaliado.
  - o saldo da conta Equipamentos de Informática está subavaliado.
  - a Depreciação da Máquina, na qual o computador foi acoplado está superavaliada.
  - o saldo da conta de Custos das Mercadorias Vendidas está superavaliado.
  - o valor da Depreciação levado a custo está subavaliada.
- 56- A empresa Documental S.A., tendo como objetivo manter um arquivo completo sobre o seu processo de auditoria, exige do auditor que forneça cópia de todos os seus arquivos eletrônicos e papéis de trabalho elaborados durante a execução de seus serviços. Pode-se afirmar que:
- a referida solicitação é pertinente, uma vez que a empresa também é responsável pela guarda e sigilo dos papéis de trabalho.
  - a solicitação da empresa é indiferente, pois os papéis de trabalho são de acesso público, conforme determinado por resolução da Comissão de Valores Mobiliários.
  - é indevida a solicitação, visto que a guarda e sigilo dos papéis são de responsabilidade do auditor.
  - é permitido à empresa solicitar os papéis de trabalho, visto estar sujeita a questionamentos por parte dos acionistas ou de terceiros.
  - a solicitação é irregular, já que em nenhuma hipótese os papéis de trabalho podem ser disponibilizados, seja para a empresa seja para qualquer usuário.
- 57- A empresa Grande Porte S.A. tem o seu Ativo formado em 15% pelo Contas a Receber e 35% composto pelos Estoques. Dessa forma, a auditoria contratada, ao realizar seus serviços, deve:
- proceder à conferência de 100% do faturamento e realizar inventário físico na empresa, para confirmar a existência dos estoques.
  - ressalvar em parecer o Contas a Receber por não ser possível auditar por amostragem e recalculer a apropriação dos custos.
  - realizar o procedimento de circularização para confirmação dos saldos de contas a receber e acompanhar o inventário físico realizado pela entidade.
  - confrontar com os fornecedores o saldo de contas a receber e determinar a realização de inventário físico pela empresa.
  - validar a existência de todos os clientes, mediante verificação do cadastro de clientes da empresa e realizar com sua equipe técnica, inventário físico para confirmação dos Estoques.

58- O auditor, ao avaliar a possibilidade de continuidade ou não da empresa, constatou que a mesma deixou de distribuir dividendos nos últimos três anos, estava com um grande volume de créditos a receber de clientes com negociações sem sucesso e seu principal fornecedor entrou em falência. De acordo com as normas de auditoria independente, pode-se afirmar que esses eventos representam respectivamente indicadores:

- a) financeiro, financeiro e de operação.
- b) financeiro, financeiro e financeiro.
- c) de operação, financeiro e financeiro.
- d) financeiro, de operação e de operação.
- e) de operação, de operação e financeiro.

59- A Companhia Desenvolver utiliza o regime de tributação pelo lucro real. No período de 2001 a 2005, apura prejuízos fiscais, conforme o previsto em seu projeto de viabilidade econômica. Durante os anos de 2006 e 2007, a empresa superou as projeções de lucro do projeto em 10%. No exercício de 2007 as demonstrações contábeis não apresentavam nenhuma provisão de créditos de impostos a compensar. O auditor deve:

- a) recomendar a constituição de provisão diferida no exigível a longo prazo para o crédito tributário, visto que existe uma tendência de manutenção de lucros pela empresa.
- b) exigir a constituição de provisão para o crédito tributário, sob necessidade de ter que ressaltar o parecer.
- c) determinar a constituição de provisão passiva para o crédito tributário, uma vez que existe a expectativa de pagamento de impostos sobre os lucros obtidos.
- d) estabelecer a compensação do total dos prejuízos fiscais, com os lucros obtidos nos anos de 2006 e 2007.
- e) manter as demonstrações sem a constituição da provisão para o crédito tributário, devido à incerteza de realização dos lucros.

60- A responsabilidade primária na prevenção e identificação de fraudes e erros na empresa é:

- a) da administração.
- b) da auditoria interna.
- c) do comitê de gestão corporativa.
- d) do Conselho Fiscal.
- e) da auditoria externa.

61- O auditor, ao efetuar a avaliação e os testes nas contas dos itens componentes do imobilizado e de suas respectivas depreciações, constatou os seguintes fatos:

- I. Contrato efetuado entre a empresa e um de seus sócios transferindo uma máquina entregue como integralização de capital no valor de R\$ 1.000.000,00. Ao efetuar a comparação com o valor de mercado na data da transferência, constatou-se que a máquina estava valorizada por R\$ 800.000,00.
- II. Unidade Fabril operando em dois turnos, efetuando a depreciação de suas máquinas pela taxa relativa a um turno.
- III. Os Juros e a variação cambial de uma máquina em processo de construção e importação, a ser usada no processo produtivo, contabilizado em despesas financeiras e de juros, respectivamente.

Assim, pode-se afirmar que as assertivas I, II e III correspondem a:

- a) erro, fraude, erro.
- b) fraude, erro, fato normal.
- c) erro, erro, erro.
- d) fato normal, fraude, fraude.
- e) fraude, erro, erro.

62- Caracteriza-se como fraude o seguinte evento identificado pelo auditor:

- a) o sistema de folha de pagamentos não está calculando os duodécimos da provisão de férias para dois funcionários.
- b) a área de produção desativou máquina da linha de produção e não informou a área contábil para suspender a depreciação.
- c) a empresa não reconheceu os créditos de impostos decorrentes de prejuízos fiscais a compensar.
- d) saldo em aberto na Conta Fornecedores que, consultado na carta de circularização, respondeu não possuir nenhum crédito contra a empresa.
- e) existem depósitos não identificados efetuados na conta-corrente que estão em aberto na conciliação.

63-A empresa Dados S.A. procedeu a troca do seu sistema de contabilidade, com o objetivo de aumentar o controle dos processos de contabilização e integrar todas as áreas financeiras. O sistema é inovador e pela primeira vez uma empresa no país irá utilizá-lo. Assim, não deverá o auditor considerar em seu planejamento para o ambiente de PED:

- a) a existência de sistema de custo inferior e de eficiência maior.
- b) o registro das informações nos diversos módulos, especialmente nos registros contábeis.
- c) a troca de dados com outras entidades que se relacionam com a empresa.
- d) o exame da segurança dos sistemas adotados pela entidade.
- e) o volume de transações a serem processadas.

64-A empresa Séria Ltda. está adquirindo terreno para construção de sua sede. No processo de aquisição, em decorrência do terreno localizar-se em área ocupada por empresa que produzia produtos poluentes, solicitou que fossem feitos exames do solo, os quais evidenciaram a contaminação. O valor estimado da multa ambiental para esse tipo de contaminação é de R\$ 2.000.000,00. Não foram encontrados registros de provisões ou reservas para o fato, evidenciando para o auditor um:

- a) ativo fictício.
- b) ativo oculto.
- c) passivo fictício.
- d) passivo oculto.
- e) omissão de receita.

65-O auditor fiscal, ao avaliar o extrato bancário da conta, pela qual a empresa realiza suas cobranças, constata que o volume de recursos existentes nessa conta, somados às cobranças em aberto, superam em 20% o total do faturamento do mês contabilizado na conta de vendas. Com essa informação pode o auditor concluir que:

- a) o saldo da conta caixa se encontra negativo.
- b) existem ativos ocultos na empresa.
- c) existe evidência de suprimentos não comprovados.
- d) existe omissão de pagamentos efetuados pela empresa.
- e) os registros estão adequados, sendo necessário somente conciliar as contas.

66- Uma firma de auditoria, ao circularizar os escritórios de advocacia, prestadores de serviços da empresa auditada, recebeu a seguinte posição de contingências, relativa aos R\$ 3.000.000,00 em processos existentes:

- I. Processos prováveis de perda pela empresa: 30%;
- II. Processos possíveis de perda por parte da empresa: 45%;
- III. Processos remotos de perdas por parte da empresa: 25%.

Assim, segundo a NPC-22, deve a empresa constituir provisão para contingências no valor de:

- a) R\$ 750.000,00
- b) R\$ 900.000,00
- c) R\$ 1.650.000,00
- d) R\$ 2.250.000,00
- e) R\$ 3.000.000,00

67- Constitui-se como elemento que diferencia e conduz a classificação de um processo como possível de perda e não como provável de perda:

- a) a tendência jurisprudencial dos tribunais favoráveis à empresa.
- b) as teses já transitadas em tribunais superiores de teor semelhante, que envolvam matéria de direito.
- c) a facilidade do processante dispor de provas documentais ou testemunhais.
- d) as decisões favoráveis e desfavoráveis de primeira instância de forma equilibrada.
- e) a existência de provas periciais contrária à empresa.

68- Não é um procedimento a ser aplicado pelo auditor na elaboração do parecer de auditoria:

- a) mencionar em parecer com abstenção de opinião qualquer desvio relevante que possam influenciar os usuários das demonstrações.
- b) emitir parecer adverso, quando verificar que as demonstrações contábeis estão incorretas ou incompletas.
- c) emitir parecer com ressalva ou com abstenção de opinião, quando houver limitação na extensão do trabalho.
- d) utilizar expressões como: exceto quanto, sujeito a, ou com exceção de.
- e) incluir todas as razões que fundamentaram a emissão de seu parecer com ressalva, adverso ou com negativa de opinião.

69- A empresa Energetill Ltda. é uma empresa de geração e transmissão de energia. O órgão regulador e fiscalizador, por meio de norma, determinou que parte de suas receitas sejam apropriadas pelo regime de caixa. Considerando somente os dados apresentados, deve o auditor emitir parecer:

- a) sem ressalva.
- b) adverso.
- c) com ressalva.
- d) com limitação de extensão.
- e) com abstenção de opinião.

70- Com relação ao parecer de auditoria, é verdadeiro afirmar que:

- a) quando aplicado o “parágrafo de ênfase”, o parecer qualifica-se como parecer com ressalva.
- b) a expressão “exceto quanto” é utilizada para limitar a extensão do parecer e qualificá-lo como parecer adverso.
- c) a não aplicação de princípios contábeis, sem avaliar a relevância na demonstração contábil, não é fator suficiente para emitir parecer com ressalva.
- d) a expressão “sujeito a” é utilizada para ressaltar a indefinição sobre algum aspecto da demonstração contábil em parecer com ressalva.
- e) o parecer com negativa de opinião deve ser emitido somente quando a empresa não tiver elaborado as demonstrações contábeis.



Escola de Administração Fazendária

[www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br)